

1ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA 5 DE MAIO

CAPÍTULO I

Da Associação e seus Fins:

Art. 1º - A Associação Recreativa 5 de Maio, com sede e foro na cidade de Itajaí-SC, tendo sua Sede Social estabelecida na rua Cabo PM Antônio Rudolf, nº. 350 - CEP 88306-725 – bairro Praia Brava, neste município e Comarca de Itajaí-SC, fundada aos oito dias do mês de dezembro de 1988, é uma Entidade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, beneficente, de duração indeterminada, e destina-se à congregar os Policiais Militares e Bombeiros Militares. Mantém ainda, o compromisso de integrar os associados e familiares promovendo atividades recreativas, esportivas e culturais, além da função social, através de convênios firmados.

Art. 2º - A Associação 5 de Maio, tem por base territorial o Estado de Santa Catarina, desde que atendida a condição de ser militar, com exceção aos *Associados Honorários* e dos *Civis* especialmente convidados para integrar o quadro dos *Associados Contribuintes*, de acordo com o estabelecido neste Estatuto.

Art. 3º - São finalidades da Associação 5 de Maio:

a) concorrer para a integração da classe, proporcionar aos seus integrantes e dependentes, a prática de esportes, reuniões de caráter social, cultural e artístico e outras formas de lazer.

b) Estreitar e fortalecer a união dos associados, representando-os perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os direitos e interesses, individuais e homogêneos, podendo, assim, propor, legitimamente, quaisquer medidas e ações, em qualquer esfera, Juízo ou Instância, tanto para defesa coletiva da categoria, quanto para defesa individual;

c) Propugnar, perante os poderes constituídos, pelos direitos e reivindicações de seus associados;

d) Prestar, dentro das possibilidades e mediante programa coletivista, auxílios e benefícios a seus associados;

f) A Associação 5 de Maio não poderá envolver-se em disputas político-partidário ou quaisquer outras estranhas aos seus objetivos, nem lhe serão imputáveis os ideários ou atividades pessoais de associados seus.

Art. 4º - Fica terminantemente vedado à entidade distribuir lucros, bonificações ou vantagens direta ou indiretamente aos seus dirigentes ou associados sob qualquer pretexto, bem como prestar aval, fiança ou garantia de qualquer espécie a terceiros.

CAPÍTULO II

Seção I

Dos Associados:

Art. 5º - Para efeito deste Estatuto, será considerado um **Associado Fundador**, todo aquele que participou da fundação da Associação Recreativa 5 de Maio e que consta na Lista de Presença e na assinatura da Ata de Fundação. Contudo, somente será considerado um Associado Patrimonial se detiver o Título de Patrimônio expedido na época da fundação ou, se posterior, na forma deste Estatuto.

Art. 6º A Associação 5 de Maio, terá as seguintes categorias de Associados:

- a) Associado Patrimonial;
- b) Associado Contribuinte;

Art. 7º - O aumento do número de Títulos Patrimoniais somente poderá ocorrer se autorizado expressamente por Assembléia Geral, convocada exclusivamente para este fim.

Parágrafo 1º – O ingresso na Categoria de *Associado Patrimonial*, dar-se-á pela aquisição do respectivo título, no limite de um por associado, e requerimento em formulário próprio, respeitado o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 2º - A todos os Servidores Militares Estaduais, tanto do serviço ativo quanto aos inativos e Civis especialmente convidados, assiste o direito de serem admitidos na condição de *associado contribuinte*, após manifestação da Diretoria.

Parágrafo 3º – Os *Associados Contribuintes* terão direito de frequentar as dependências e participar dos eventos esportivos e sociais promovidos pela Associação, acompanhados dos seus dependentes.

Parágrafo 4º - A admissão na qualidade de *Associado Contribuinte* dar-se-á mediante apresentação de requerimento formalizado em formulário próprio, sempre com um aval de outro associado.

Parágrafo 5º - No prazo de dez dias contados da apresentação da proposta de admissão na categoria de *Associado Contribuinte*, a Diretoria deverá apresentar fundamentada deliberação, expedindo o competente termo de filiação.

Parágrafo 6º - São *associados contribuintes* os Servidores Militares Estaduais e os Civis especialmente convidados para compor o quadro social mediante o pagamento de igual mensalidade dos demais e com direito exclusivo de frequentar as dependências e de participar dos eventos esportivos e sociais promovidos pela Associação.

Art. 8º - No ato da assinatura do termo de filiação, os novos associados declararão conhecer o presente Estatuto, Regimento Interno e demais normas pertinentes à Associação, e respeitá-las em sua integralidade, sujeitando-se às imposições e normas por elas estabelecidas.

Parágrafo 1º - A qualidade de *Associado Honorário* dar-se-á pelo prazo de dois anos, àquelas pessoas que tenham prestado relevantes serviços, respeitado o disposto no anterior parágrafo segundo.

Parágrafo 2º – A indicação de *Associado Honorário* poderá ser através de *Membro da Diretoria*, Associado Patrimonial, acompanhado de minudente justificativa a respeito dos serviços relevantes prestados à Associação, respeitando o disposto nos parágrafos primeiro e segundo.

Dos Direitos do Associado

Art. 9º - Aos associados é dado o direito de frequentar as dependências, usufruir das estruturas e dos serviços disponibilizados pela Associação, juntamente com seus dependentes, respeitadas as normas estabelecidas. Podem levar suas sugestões e reclamações, escritas ou não, ao conhecimento do presidente da Entidade ou membro da Diretoria, fazendo-se ouvir, ser respeitado no seu pleito e receber parecer, independentemente da decisão da Diretoria. Contudo, somente aos associados patrimoniais possuem o direito de:

- a) Votar e ser votado nas assembléias eleitorais para compor a Diretoria, Órgãos, Comissões e Conselhos, respeitando as regras contidas neste Estatuto;
- b) Solicitar a convocação de Assembléia Geral, na forma deste Estatuto, exigindo-se para tanto a assinatura de no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados em perfeitas condições estatutárias.
- c) Sugerir, propor outras medidas de interesse da Associação, denunciar irregularidades ao Presidente ou membros da Diretoria, Órgãos, Comissões e Conselhos;
- d) Interpor recursos nos termos previstos neste Estatuto e demais normativas;
- e) Ter acesso, quando entender necessário, às prestações de contas e ao balanço financeiro da Associação;
- f) Ter acesso aos endereços eletrônicos da Associação ou conveniados, bem como de todos os registros de interesse particular do Associado mediante a utilização de senha pessoal;
- g) Indicar nomes de convidados para integrar as categorias de *Associados Honorários* na forma do art. 7º deste Estatuto.
- h) Participar da Assembléia Geral com direito a voz e voto;

Parágrafo 1º - Os novos Associados Patrimoniais somente estarão aptos a concorrer a cargos eletivos, após completado o prazo mínimo de um ano, a contar da aquisição do título respectivo.

Parágrafo 2º – Somente estará em pleno gozo dos seus direitos estatutários o associado que estiver com sua situação financeira regularizada e não dispor de pendências de qualquer natureza contra si, dependente ou convidado seu.

Parágrafo 3º – Toda postulação do associado deverá ser formalizada ao Presidente ou, em caso de impedimento, seu representante legal.

Parágrafo 4º – São considerados dependentes do Associado:

- a) O cônjuge; e,
- b) Os filhos e enteados até completarem 24 (vinte e quatro) anos.

Parágrafo 5º – Os cônjuges, após a separação de fato ou de direito, perdem a qualidade de dependentes.

Seção III

Dos Deveres do Associado

Art. 10º - São deveres dos Associados:

a) Pagar pontualmente as mensalidades estabelecidas em Assembléia Geral e quaisquer outros débitos à Associação, além de ressarcimentos por danos causados ao patrimônio da Associação pelo associado, dependente ou convidado seu;

Parágrafo 1º - os Associados Patrimoniais, além dos deveres acima nominados, deverão:

- I) Comparecer às Assembléias Gerais, acatando suas decisões, bem como as da Diretoria e dos órgãos competentes;
- II) Promover e preservar a imagem da entidade perante a comunidade nas suas relações particulares externas, zelando pelo bom nome da Associação e contribuir para a elevação do nível cultural e moral dos seus integrantes;
- III) Divulgar o nome da entidade, propondo filiação às pessoas compatíveis com a Associação;
- IV) Colaborar eficientemente para a consecução dos objetivos da Associação;
- V) Observar as disposições estatutárias e regimentais, além de outras normas pertinentes a Associação;
- VI) Tratar com urbanidade e respeito os associados, convidados e funcionários da Associação;
- VII) Desempenhar, gratuita e diligentemente, os cargos ou comissões para os quais for eleito ou designado;
- VIII) Comunicar à Diretoria qualquer ocorrência de interesse relevante para a classe ou administração social;
- IX) Comunicar por escrito à Secretaria da Associação as alterações do nome, estado civil, de residência ou de endereço para correspondência social, bem como da inclusão ou exclusão de seus dependentes;
- X) Zelar pelo patrimônio da entidade;

Parágrafo 2º - Os associados não responderão subsidiariamente pelas obrigações da Associação, tampouco esta em relação aos atos praticados por aqueles, exceto quanto às matérias deliberadas em Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Seção IV

Do Desligamento, Penalidades e Readmissão

Art. 11 - A qualidade de associado perde-se:

- I - Por pedido escrito do associado;
- II - Por atraso no pagamento de 03 (três) mensalidades e/ou não adimplir em 90 (noventa) dias outros débitos para com a Associação, após ser interpelado extrajudicialmente;
- III – Pela perda do cargo, nos moldes deste Estatuto;
- IV - Pela incursão em falta grave, assim considerada pelo Estatuto ou Regimento Interno.
- V – Pela inobservância de preceito relevante do Estatuto ou descumprimento dos deveres regularmente por ele impostos, direta ou indiretamente;
- VI – Em caso de morte, exceto no caso estatuído no parágrafo segundo deste artigo.
- VII - For suspenso 03 (três) vezes por conduta antissocial após o devido processo legal;
- VIII - Praticar atos desonestos ou difamantes;
- IX - Atentar contra a reputação e a existência da Associação;
- X - Reiteradamente, desrespeitar as disposições contidas neste Estatuto, bem como, demais normas da Associação, apesar de regularmente notificado a respeito da infração.

Parágrafo 1º - Os *Associados Fundadores e Patrimoniais* que se desligarem da Polícia Militar, poderão permanecer no quadro social, desde que cumpridas as demais disposições estatutárias.

Parágrafo 2º - Qualquer pagamento em atraso implica em correção de seu valor e demais consectários que se fizerem necessários para a efetiva cobrança, inclusive com custas processuais e honorários advocatícios, estes na ordem de até 20 (vinte) por cento do valor devido.

Art. 12 - O não cumprimento de preceitos deste Estatuto e demais normas atinentes ao funcionamento da Associação, será aplicada a sanção correspondente a falta praticada, podendo consistir em:

- a) Advertência;
- b) Suspensão;
- c) Exclusão;
- d) Pagamento de indenização por dano de material da Associação, causado pelo associado, dependente ou convidado.

Parágrafo 1º - A advertência constitui a admoestação direta ao infrator, verbal ou por escrito através de carta reservada, nos casos de natureza leve, desde que constatada a primariedade.

Parágrafo 2º - A suspensão implica na perda temporária dos direitos do associado e seus dependentes, indo de 01 (um) a 06 (seis) meses, aplicada aos associados que tenham praticado faltas consideradas leves e reincidentes ou médias, conforme parecer da Diretoria ou Comissão Julgadora, podendo ser revogadas ou modificadas em Assembléia Geral.

Parágrafo 3º - A suspensão será aplicada por escrito e assinada pelo Presidente da Diretoria Executiva, no prazo de 5 dias, após a conclusão das formalidades processuais e dirigida formalmente ao infrator. A comunicação poderá ser realizada através de carta, fax ou endereço eletrônico. Recusando-se o notificado de assinar o recebimento da comunicação, será lavrado o termo respectivo na presença de duas testemunhas.

Parágrafo 4º - A eliminação do Quadro Social dar-se-á mediante processo em que seja concedida ampla defesa e contraditório ao associado, sendo julgado por Comissão de três membros, nomeados pela Diretoria para esse fim específico.

Art. 13 - A suspensão privará o associado do uso e gozo dos direitos sociais pelo período em que perdurar, mas em nenhum momento impedirá a continuação das obrigações referentes à contribuição social ou participação financeira assumida junto à Associação.

Art. 14 - A pena de eliminação determina a perda dos direitos sociais, sem possibilidade de qualquer indenização, independentemente da categoria a que pertença.

Art. 15 - A pena de eliminação do quadro social efetivar-se-á por proposta da comissão processante e decisão da Diretoria sob-referendum da Assembléia Geral especialmente convocada nos termos deste Estatuto.

Art. 16 - Aquele que tiver sofrido pena de eliminação do quadro social, após ressarcidas as pendências e por deliberação da Assembléia Geral, poderá ser readmitido.

Art. 17 - O associado desligado a pedido poderá requerer sua readmissão à Diretoria Executiva e, se for aceita, fica sujeito ao pagamento de taxa de até 3 (três) mensalidades.

Parágrafo único - Nas situações previstas no "*caput*", o associado readmitido somente readquirirá, se pertencente há uma das categorias previstas na alínea "**a**" do Art. 5º, o direito de concorrer a cargo eletivo após 12 (doze) meses de sua reinclusão no quadro social.

Seção V

Dos Recursos, Prescrições e Prazos

Art. 18 - Caberá recurso:

Parágrafo 1º - Das decisões da Diretoria;

I - À Assembléia Geral:

- a) no caso de eliminação de associado em razão de prática de falta grave;
- b) em caso pertinente ao processo eleitoral de cargos eletivos da Diretoria;
- c) noutros casos expressamente previstos neste Estatuto;

Art. 19 - Os recursos serão admissíveis se ocorrer:

- a) fato novo relevante;
- b) excesso na aplicação de penalidade em relação à infração praticada;
- c) inobservância de relevante dispositivo no Estatuto;
- d) eliminação de associado pela prática de infração estatutária;

Parágrafo único - O recurso para a Assembléia Geral obedecerá ainda ao critério de convocação estabelecido neste Estatuto.

Art. 20 - O recurso deverá ser interposto pelo interessado dentro de 20 (vinte) dias após o fato gerador.

Parágrafo 1º - O recurso será dirigido ao Presidente e protocolado na Secretaria da Associação.

Parágrafo 2º - O órgão julgador terá 20 (vinte) dias, a contar da sua interposição, para deliberar sobre o recurso.

Art. 21 - Prescreverá em 06 (seis) meses a aplicação de qualquer penalidade prevista neste Estatuto, contada da data do conhecimento do fato gerador pelo órgão competente da Associação.

Parágrafo 1º - A aplicação da pena de eliminação do quadro social motivada por atraso no pagamento de contribuição não prescreverá.

Parágrafo 2º - Interrompe o prazo de prescrição o início da apuração do fato através do feito instaurado pela Diretoria, Órgão ou Comissão, o qual deverá ser concluído em 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º - Os prazos referidos no parágrafo anterior para o término dos trabalhos de apuração da falta *em tese* praticada por seus associados, poderá ser dilatado por igual período, desde que a Diretoria, Órgão ou Comissão declarem a necessidade com a devida motivação antes do término do prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos.

Art. 22 - Os prazos referidos no presente Estatuto serão contados em dias corridos, computando sábados, domingos e feriados, e começará a partir do primeiro dia subsequente ao do fato gerador.

Seção VI

Dos Benefícios

Art. 23 - Os associados quites com as obrigações estatutárias poderão requerer benefícios previstos neste Estatuto ou resultantes de contratos ou convênios que sejam regularmente firmados pela Associação.

Art. 24 - A Diretoria poderá firmar compromisso com entidades públicas ou privadas, visando atendimento de interesses dos associados.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos da Associação

Art. 25 - São órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Órgãos, Comissões ou Conselhos a serem criados por força da Assembléia Geral;

Art. 26 - É vedado ao associado acumular cargos na Diretoria ou ser integrante de 2 (dois) órgãos simultaneamente, salvo em Assembléia Geral.

Art. 27 - Os associados não perceberão qualquer remuneração pelo exercício de cargo de Diretores, Órgãos ou Comissões na administração da Associação.

Seção I

Da Assembléia Geral

Art. 28 - A Assembléia Geral é Órgão Supremo da Associação, autônomo em suas atribuições e deliberações, cujas decisões obrigam a todos os associados.

Art. 29 – Poderão integrar a Assembléia Geral todos os associados em pleno gozo dos direitos estatutários.

Art. 30 - A Assembléia Geral será:

- a) Ordinária;
- b) Extraordinária.

Art. 31 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente:

a) anualmente, até o dia 05 de maio, para deliberação do Parecer do Conselho Fiscal referente ao relatório de atividade e prestação de contas da Diretoria.

b) Quando se fizer necessária discussão de assuntos de interesse da Associação;

c) Bienalmente no primeiro sábado de maio, para a eleição de nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

d) Sempre que for necessário, por convocação da Diretoria Executiva, para deliberar sobre investimentos ou gastos cujo total supere o correspondente a mil mensalidades.

Art. 32 - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á para fins previamente designados, sendo vedado deliberar sobre matéria estranha ao objeto da Ordem do Dia.

Art. 33 - Constituída a mesa dirigente, o Presidente declarará iniciados os trabalhos, os quais terão o seguinte ordenamento:

a) leitura do aviso de convocação;

b) verificação de *quorum* nos termos estatutários;

c) discussão e votação dos assuntos constantes da Ordem do Dia;

d) encerramento dos trabalhos.

Art. 34 - As normas de convocação, *quorum*, disciplina e eleição serão aquelas previstas em capítulos próprios deste Estatuto.

Art. 35 - De todas as ocorrências da Assembléia Geral, inclusive de eleições, lavrar-se-á ata que será assinada pelo Presidente, Secretário e demais que desejarem rubricá-la.

Art. 36 – Não será permitido o voto por procuração.

Art. 37 - Qualquer associado presente a Assembléia Geral tem o direito de pedir à mesa a leitura de papéis e documentos que possam elucidar o assunto em debate.

CAPÍTULO IV

Da Diretoria e do Conselho Fiscal:

Art. 38 - A Diretoria da Associação é o órgão executivo e será gerida, por uma Diretoria composta de 12 (doze) membros eleitos pela Assembléia Geral Ordinária e compõe-se de:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º. Secretário;

d) 2º. Secretário;

e) 1º. Tesoureiro;

- f) 2º. Tesoureiro;
- g) Diretor de Patrimônio;
- h) 2º. Diretor de Patrimônio
- i) Diretor Social;
- j) 2º. Diretor Social
- k) Diretor de Esportes
- l) 2º. Diretor de Esportes.

Parágrafo 1º - É condição essencial para fazer parte da Diretoria Executiva, ser associado Patrimonial, e estar em dia com as obrigações estatutárias.

Parágrafo 2º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, admitida reeleição, no mesmo cargo.

Seção I

Das Atribuições

Art. 39 - O mandato da Diretoria, é amplo e ilimitado, em relação a livre e geral administração de tudo que se relacionar aos interesses da Associação, competindo-lhe privativamente, além do que for estabelecido neste Estatuto:

- a) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno e, executar as decisões da Assembléia Geral;
- b) Praticar atos de livre gestão e resolver todos os assuntos de interesse da Associação, obedecidas as restrições estatutárias, e zelando pelo seu nome;
- c) Representar, ativa e passivamente, a Associação em todos os Órgãos e Esferas Administrativas e, ainda, judicialmente e extrajudicialmente;
- d) Admitir e demitir empregados e fixar vencimentos em valores compatíveis com o mercado ou por Convenção Coletiva de Trabalho, relativos a categoria profissional;
- e) Contratar serviços e firmar convênios;
- f) Resolver sobre admissão, desligamento e readmissão de associado, ressalvada a competência decisória da Assembléia Geral;
- g) Convocar e determinar ato de publicação de convocação de Assembléia Geral;
- h) Apresentar tempestivamente o relatório anual e a prestação de contas com parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral, incluindo o Balancete Geral e Demonstrações de Receitas e Despesas;
- i) Nomear membros de Comissões Especializadas e de Sindicância;
- j) Elaborar projetos de reforma deste Estatuto e criação do Regimento Interno e submetê-los a Assembléia Geral para apreciação e aprovação no todo ou em parte;
- l) Aprovar ou rejeitar fundamentadamente propostas encaminhadas por escrito dos associados, desde que obedecidas as disposições estatutárias;
- m) Resolver os casos omissos do Estatuto ou Regimento Interno da administração;
- n) Reunir-se a Diretoria, periódica ou extraordinariamente, sempre que for necessário, por convocação do Presidente;
- o) Convocar Assembléia Geral sempre que for necessário.
- p) Elaborar o orçamento do exercício seguinte, submetendo-o a aprovação da Assembléia Geral.

q) Apresentar até o dia 15, o balancete mensal ao Conselho Fiscal, devidamente instruído com os documentos probatórios e com supervisão de contabilista credenciado.

r) Apresentar até o dia 15 de fevereiro, ao Conselho Fiscal, o balanço anual devidamente instruído com os pareceres dos balancetes mensais

Art. 40 - São atividades permanentes, objeto de gestão obrigatória por parte do Presidente e da Diretoria Executiva:

I – Controle e desenvolvimento patrimonial;

II - Atividades socioculturais e educativas;

III - Assuntos institucionais;

IV - Vantagens e prerrogativas;

V - Relações públicas e comunitárias;

VI - Comunicação associativa;

VII - Relações setoriais;

VIII - Esportes e lazer.

IX – Prestar serviços essenciais de assistência social;

Seção II

Art. 41 - São atribuições básicas do Presidente:

a) Representar ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante os poderes públicos, bem como nos atos de sua vida civil, podendo inclusive constituir procurador para fim único e específico, salvo poderes para representá-lo como se presidente fosse, nos moldes deste Estatuto.

b) Presidir as reuniões da Diretoria;

c) Executar as deliberações da Assembléia e da Diretoria;

d) Submeter à Diretoria, em reunião, nomes de Associados para integrarem comissões de trabalho sobre assuntos específicos;

e) Assinar correspondências e rubricar os livros da Associação, e demais despachos de expediente;

f) Assinar, com o Tesoureiro, documentos relativos à receita ou despesas, inclusive ordens de pagamento e cheques;

g) Assinar com 1º Secretário, os títulos Patrimoniais, Carteiras de Associados, expediente administrativos de maior importância, não relacionados com a área financeira;

h) Firmar, na forma estatutária, convênios com órgãos públicos ou contratos com empresas, sociedades civis ou profissionais;

i) Convocar, praticar os atos necessários e auxiliar na instalação da Assembléia

Geral;

j) Submeter à Assembléia Geral, pedido de autorização para realização de gastos, sob qualquer título, quando o valor superar o correspondente a mil mensalidades.

l) Encaminhar Relatório de Atividades e Prestação de Contas com Parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral, no tempo oportuno;

m) Assinar a admissão e demissão de empregados, ou puni-los na forma da lei, ouvindo a Diretoria reunida em seções normais ou extraordinárias, devendo estrita obediência da Legislação vigente.

n) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, Regimento Interno e outras normas que regem ou venham a reger a Associação.

Parágrafo único – Caberá, ainda, a Diretoria, decidir os assuntos que, pela urgência, demandem pronta solução para evitar prejuízo à Associação, "*ad referendum*" da Assembléia Geral que deverá ser convocada em até 30 (trinta) dias.

Art. 42 - Ao Vice-Presidente compete basicamente:

a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, renuncia ou vacância do cargo, na forma estatutária;

b) Executar as delegações outorgadas pelo Presidente e as tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

c) Organizar os serviços gerais da Associação;

d) Colaborar com os demais membros da Diretoria para o perfeito entrosamento da Associação

Art. 43 - São atribuições do 1º Secretário:

a) Substituir o Vice Presidente em todas as suas faltas e/ou impedimentos;

b) Ter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos com os registros de interesse da Associação;

c) Manter em dia a correspondência e os documentos da Entidade;

d) Apresentar, anualmente, Relatório das Atividades da Diretoria à Assembléia Geral;

e) Redigir e assinar com o Presidente, os Avisos, Convocações, Comunicações, Editais e demais documentos da Associação relativos à Secretaria;

f) Participar de todos os atos de divulgação das atividades sociais e desportivas da Associação.

Art. 44 – São atribuições do 2º Secretário:

a) Substituir o 1º Secretário em todas as suas faltas e/ou impedimentos;

b) Lavratura das atas das Reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;

c) Fiscalizar os serviços de Portaria, de forma que o ingresso dos associados e convidados na Sede Social da Associação, seja feito de acordo com as disposições Estatutárias e Regimentais;

d) Manutenção do cadastro dos associados atualizados;

Art. 45 - São atribuições do 1º Tesoureiro:

- a) Organizar e dirigir os serviços de tesouraria e Contabilidade da Associação;
 - b) Arrecadar e ter sob sua guarda e responsabilidade as contribuições dos associados e as demais rendas, bem como gerir o patrimônio da Entidade.
 - c) Captar recursos destinados a melhorar a gestão financeira da Entidade.
 - d) Efetuar pagamentos das despesas orçadas e autorizadas pela Assembléia Geral, Diretoria ou Presidente;
 - e) Assinar, juntamente com o Presidente ou seu substituto, os cheques e quaisquer documentos ou títulos envoltivos de responsabilidade pecuniária da Associação;
 - f) Depositar em estabelecimento bancário as contribuições dos associados, rendas e demais importâncias em dinheiro e pertences da Associação, obedecido prioritariamente o critério de segurança;
 - g) Apresentar mensalmente relatórios parciais (balancetes), sobre a situação financeira da Associação e, completos (balanço), anualmente, sem prejuízo do Balancete de toda a gestão ao final do mandato da Diretoria;
 - h) Fornecer à Diretoria relação nominal dos associados inadimplentes.
- Visar todos os documentos de Receita e Despesas.

Art. 46 - São atribuições do 2º Tesoureiro:

- a) Substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos, renúncia ou vacância do cargo, na forma estatutária;

Art. 47 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Zelar pelos bens patrimoniais da Associação;
- b) Propor a Diretoria, melhorias, ampliações, reformas e/ou conservação do patrimônio da Associação;
- c) Administrar a execução de todas as obras realizadas na Associação;
- d) Ter sob sua responsabilidade os documentos legais, referente ao patrimônio, mantendo-o em dia e de acordo com a Lei;
- e) Manter o livro de inventário de material atualizado e em seu poder e sob a responsabilidade;
- f) Responsabilizar-se por toda aquisição de material permanente.

Art. 48 – Compete ao Diretor Social:

- a) Organizar e apresentar a Diretoria, o Calendário Social e Cultural da Associação;
- b) Organizar e Supervisionar todos os eventos sociais e culturais, promovidos pela Associação;
- c) Encaminhar a Diretoria a previsão de despesas das atividades previstas no calendário.

Art. 49 – Compete ao Diretor de Esportes:

- a) Promover, organizar e supervisionar as atividades desportivas;
- b) Propor a compra de materiais esportivos;
- c) Responsabilizar-se pela guarda de todo o material esportivo;

- d) Estimular a prática desportiva aos associados e dependentes;
- e) Elaborar regulamentos, tabelas e outros documentos indispensáveis à realização de competições desportivas.

Art. 50 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, podendo ainda, serem realizadas tantas outras reuniões quantas forem necessárias.

Art. 51 – A sucessão nos cargos da Diretoria Executiva obedecerá a ordem do titular ser substituído, na forma deste Estatuto, pelo Vice ou segundo Titular.

Parágrafo 1º - No caso de renúncia ou destituição da maioria dos membros da Diretoria Executiva, será criada a Comissão especial com a finalidade de administrar a Associação e convocar Assembléia Geral extraordinária, com a finalidade de eleger a nova Diretoria, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias.

Parágrafo 2º - A Comissão especial será composta por 5 membros, cuja presidência será exercida pelo associado em dia com as exigências estatutárias e indicado pelos demais membros da referida comissão.

Parágrafo 3º - No caso de constituição de mais de uma comissão, prevalecerá a que for presidida pelo associado mais antigo ou idoso.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 52 - O Conselho Fiscal é o órgão que assessora e fiscaliza a administração nos atos relativos à economia, finanças e patrimônio.

Art. 53 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Apreciar e visar balancetes mensais e balanço anual financeiro patrimonial;
- b) Solicitar à Diretoria informações econômicas e financeiras;
- d) Emitir parecer a ser apresentado à Diretoria e a Assembléia Geral;
- e) Sugerir à Diretoria as medidas corretivas ou tecnicamente recomendáveis;
- f) Comparecer à Assembléia Geral que tratar da apreciação de contas, para eventuais esclarecimentos;

Art. 54 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 (três) membros eleitos na forma estatutária, com o mesmo número de suplentes, e serão eleitos na mesma data da realização da eleição para escolha da Diretoria Executiva, em chapa própria.

Parágrafo 1º – Os associados que comporão o Conselho Fiscal necessariamente serão os constantes das alíneas “a” do Art. 5º, desde que, no gozo dos direitos estatutários.

Parágrafo 2º – O Conselho Fiscal será administrado por um Presidente, um vice-presidente e um membro eleitos entre si

Parágrafo 3º – Os integrantes do Conselho Fiscal tomarão posse no mesmo dia da Diretoria Executiva.

Art. 55 – O conselho fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada três meses, para a análise e elaboração de parecer sobre o balancete e na segunda quinzena de janeiro para a análise e elaboração do parecer do balanço anual. As deliberações das reuniões deverão constar em Atas e em Livro próprio.

Parágrafo único – As reuniões serão realizadas em separado da Diretoria Executiva, podendo se fazer presentes os suplentes, os quais deverão comparecer na ausência dos titulares.

CAPÍTULO V

Das Convocações, Quorum, Eleições e Mandatos.

Seção I

Das Convocações

Art. 56 - A convocação dos associados para reunião de Assembléia Geral far-se-á através de Edital que deverá ser publicado em jornal de circulação estadual, no página eletrônica da Associação, na Sede Social, afixados, quando possível nas OPM/OBM da Região e/ou através dos endereços eletrônicos dos Associados, por correspondência física e outros meio de comunicação viáveis, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único - A Assembléia Geral Extraordinária somente poderá ser convocada:

a) pela Diretoria ou pelo Conselho, Órgão ou Comissão, desde que estes tenham legitimidade conferida pela Assembléia que os criou, ou já estabelecido por este Estatuto.

b) Por 1/5 (um quinto) dos associados patrimoniais no gozo de seus direitos estatutários, com comparecimento obrigatório de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos requerentes, sem o quê, será declarada sem o quorum mínimo indispensável, independentemente do número total de associados presentes.

Art. 57 - O requerimento de convocação de Assembléia Geral Extraordinária, acompanhado da lista dos associados apoiadores, deverá ser formalizado ao Presidente da Diretoria Executiva a quem compete adotar todas as providências para a sua convocação e instalação.

Parágrafo Único – Caberá ao Subscritor do requerimento previsto no Caput deste Artigo a competência para adoção das providências em caso de omissão injustificada do Presidente.

Art. 58 - Em todo o ato de convocação da assembléia geral, deverá constar

obrigatoriamente, a Ordem do Dia, a data, a hora e o local da reunião.

Seção II

Do Quorum Mínimo

Art. 59 - A Assembléia Geral funcionará em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos associados ou em segunda, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de associados, respeitadas as demais condições específicas constantes neste Estatuto.

Art. 60 - Aferir-se-á o *quorum* nas reuniões de Assembléia Geral, através do registro em livro de presenças para este fim destinado.

Art. 61 - A Diretoria reunir-se-á validamente quando presentes o Presidente ou seu substituto legal acompanhado de, no mínimo, 05 (5) membros.

Art. 62 - O Conselho Fiscal reunir-se-á validamente quando presentes o Presidente ou seu substituto legal acompanhado de, no mínimo, 02 (dois) membros, mesmo que suplentes.

Seção III

Das Eleições

Art. 63 – Trinta dias antes da data da eleição, a Diretoria Executiva constituirá comissão eleitoral que presidirá os trabalhos referente a eleição, até a instalação da assembléia geral prevista para tal fim.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral será constituída por convidados de outras entidades ou associados que não concorrerão ao pleito eleitoral e será composta de um Presidente e dois Mesários.

Art. 64 - Concorrerão à eleição os associados que estejam inscritos previamente em chapa registrada nos prazos estabelecidos no Edital de Convocação.

Art. 65 - O registro das chapas será requerido em petição dirigida ao Presidente ou Representante da Comissão Eleitoral, e deverá conter os nomes dos candidatos para cada um dos cargos eletivos, com todos os cargos preenchidos, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios.

Parágrafo 1º – Somente poderão serem inscritos nas chapas os Associados que se encontrem em gozo de todos os direitos e em dia com as obrigações estatutárias.

Parágrafo 2º - Os candidatos não poderão concorrer simultaneamente em mais de um cargo ou chapa.

Art. 66 - A Diretoria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para se pronunciar sobre requerimento de registro da(s) chapa(s), e, no caso de indeferimento, este deve ser fundamentado.

Parágrafo 1º - Deferido o requerimento, far-se-á o registro da chapa em livro próprio, de cuja ordem de lançamento resultará o número de identificação da chapa.

Parágrafo 2º - Elidida a causa do indeferimento, processar-se-á normalmente o registro da chapa.

Parágrafo 3 - Persistindo a causa do indeferimento caberá recurso a Comissão Eleitoral, que decidirá sobre a matéria em 05 (cinco) dias ou até a hora do início da Assembléia Geral.

Parágrafo 4º - A elisão de causa ou interposição de recurso deverá ser apresentada em 5 dias.

Art. 67 - As chapas registradas serão impressas em cédula única, na qual deverá constar a identificação da chapa pelo número e dos candidatos aos cargos eletivos, tanto para Diretoria Executiva, como para o Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º - A cédula conterá as chapas que concorrem ao pleito pela ordem cronológica do registro.

Parágrafo 2º - Cada chapa em disputa na eleição, poderá indicar, por escrito, 1 (um) representante para a fiscalização dos trabalhos da mesa.

Seção IV

Das Deliberações

Art. 68 - As deliberações em Assembléia Geral serão pela maioria de votos.

Parágrafo único - O processo eleitoral será decidido pelo sistema majoritário de votos, com escrutínio secreto.

Art. 69 – Poderá ser obrigatória à votação secreta, nos casos de alteração estatutária, dissolução da Associação e Eleição.

Art. 70 - Cada membro de órgão da Associação terá direito a um voto que será exercido pessoalmente.

Art. 71 - Poderão votar nas Assembléias Gerais os associados quites com as obrigações estatutárias.

Art. 72 - Nas eleições para cargos eletivos, a Assembléia Geral instalar-se-á às 09 (nove) horas, com a votação, encerrando-se às 17 (dezessete) horas, com escrutínio a partir do horário de encerramento da votação.

Art. 73 - Concluída a votação, passar-se-á à apuração do resultado precedido de:

- a) Constatação do número de votantes e da lisura nos registros de presenças constante em livro próprio;
- b) Caso constatada ausência ou duplicidade de registro em livro de presença, a contagem dos votos somente poderá ser iniciada após a solução da impropriedade;
- c) Verificação da coincidência no número de cédulas depositadas na urna com o número de votantes constantes no respectivo livro de registro de presenças;

Art. 74 - Serão nulos os votos em cédulas que:

- a) contiverem quaisquer palavras ou desenhos estranhos à finalidade da eleição;
- b) identifiquem o eleitor;
- c) com rasuras ou emendas que possam atrair qualquer dúvida sobre a cédula, eleitor ou ao processo eleitoral em si.

Art. 75 - As dúvidas, impugnações ou reclamações serão decididas de plano pela Mesa, com recurso para a Comissão Eleitoral.

Art. 76 - Finda a apuração serão proclamados os eleitos, lavrando-se ata circunstanciada do evento.

Parágrafo único - Os eleitos serão empossados no dia 01 (um) de junho seguinte à eleição.

Seção V

Da Disciplina das Reuniões

Art. 77 - O presidente dos trabalhos terá a faculdade de adotar a seguinte ordem para disciplinar as discussões em reunião:

- a) Inscrição na mesa dos trabalhos, num prazo de quinze (15) minutos;
- b) Uso da palavra por até três (3) minutos, respeitada a ordem de inscrição;
- c) Somente o orador, enquanto estiver usando da palavra, poderá conceder apartes.

Art. 78 - O presidente dos trabalhos tem amplos poderes para fazer manter a ordem e a disciplina, podendo inclusive:

- a) Advertir sobre comportamento inconveniente ou perturbador aos trabalhos;
- b) Advertir que perdera o direito ao uso da palavra, a quem estiver cerceando o direito de outro associado;
- c) Suspender a reunião por 15 (quinze) minutos;
- d) Determinar a retirada do recinto de pessoa inconveniente ou perturbadora dos trabalhos;

- e) Encerrar a reunião somente em caso imperativo da ordem e da disciplina.

Seção VI

Dos Mandatos e Substituições

Art. 79 – O Mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será de dois anos.

Art. 80 - Em caso de vacância de toda a Diretoria, será convocada Assembléia Geral Extraordinária para a eleição de nova Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, no prazo máximo de trinta dias, para cumprimento do tempo restante do mandato em curso, conforme disposição estatutária.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio, Finanças, Responsabilidade e da Intervenção

Seção I

Do Patrimônio

Art. 81 - O patrimônio da Associação será constituído:

- a) Pelas quantias arrecadadas a título de contribuição mensal, taxa indenizatória de serviços prestados individualmente ao associado, ou outras importâncias que por si sejam devidas.
- b) Pelas doações e legados;
- c) Pelas subvenções e contribuições que, oficialmente, forem consignadas em verbas orçamentárias ou em Lei;
- d) Por móveis, imóveis ou títulos que venha a possuir.
- e) Ou por outras receitas permitidas por lei;

Art. 82 - É expressamente vedado a Diretoria ceder sua sede e bens imóveis para fins estranhos aos da Associação.

Parágrafo único - Os casos especiais deverão ser expressamente autorizados pelo Presidente da Entidade, referendados pela Diretoria e apresentados na primeira Assembléia Geral.

Art. 83 - Em caso de dissolução da Associação, quitado o seu passivo, o patrimônio social terá o destino que a Assembléia Geral soberanamente resolver, respeitando o artigo 61 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2.002.

Seção II

Das Finanças e Autorizações

Art. 84 - Anualmente será elaborado um orçamento contendo receita e despesa da Associação, para vigorar no exercício imediatamente seguinte ao de sua aprovação.

Parágrafo único - Toda a despesa ou investimento que vier a exceder ao previsto em orçamento aprovado dependerá de autorização da Assembléia Geral.

Art. 85 - Toda a proposta de empreendimentos deverá ser acompanhada de estudo técnico que comprove a sua viabilidade econômica, financeira e parecer prévio do Conselho Fiscal.

Art. 86 - Os valores das contribuições mensais e das taxas indenizatórias serão fixados na mesma oportunidade em que se processar a aprovação do orçamento, mediante proposta da Diretoria e autorização expressa da Assembléia Geral.

Art. 87 – É vedada a isenção da cobrança de taxas, mensalidades e direitos da Associação, de seus associados ou devedores de qualquer natureza.

Art. 88 - Todos os associados excluídos não terão direito à restituição de qualquer contribuição paga à Associação, nem a indenização de qualquer espécie.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 89 - Os associados não respondem, sequer subsidiariamente, pelos atos da Diretoria e pelas obrigações assumidas pela Associação.

Art. 90 - A Associação Recreativa 5 de Maio não responderá de nenhuma forma, pelos atos ou compromissos assumidos em seu nome, explícita ou implicitamente, por qualquer dos seus associados, salvo quando contraídos na forma estabelecida neste Estatuto.

Art. 91 - Perderá o mandato qualquer integrante eleito, que deixar de comparecer, sem justificação, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas.

Seção IV

Da Intervenção

Art. 92 - Somente haverá intervenção na administração da Associação por Sentença Judicial ou por decisão de Assembléia Geral convocada para esse fim específico.

CAPÍTULO VII

Dos Símbolos da Associação

Art. 93 – A Associação será representada simbolicamente:

- a) – Pela Bandeira de formato retangular que medirá dez módulos de altura por vinte módulos de largura, na cor branca, com o escudo da Associação estampado ao

- centro;
- b) – Pelo Escudo constante do anexo I, parte integrante deste Estatuto, vedada a alteração do seu formato, cores, caracteres, símbolos e respeitada a Heráldica.
 - c) – Pelas cores branca, verde e vermelha;
 - d) – Pela Águia Dourada (*Aquila chrysaetos*);

Art. 94 – Os símbolos representativos da Associação se caracterizam:

- a) - A Bandeira pelo significado definido pela Heráldica;
- b) As cores:
 - I – Branca: por simbolizar a paz e a neutralidade;
 - II – Verde: símbolo da esperança e culto à responsabilidade preservacionista ambiental;
 - III – Vermelha: representação da alegria que deve ser apregoada nos ambientes e eventos protagonizados pela Associação;
- c) - Águia Dourada (*[Aquila chrysaetos]* conforme descritivo juntado ao anexo I) : por representar a união entre os casais na construção dos seus ideais; conservadorismo dos hábitos e parcerias na procriação da espécie; pela visão aguçada que lhes serve para a defesa e promoção da segurança dos seus filhotes e habitat; pela capacidade de contribuir com o equilíbrio das espécies que fazem parte da sua cadeia alimentar; pela cor de parte das suas penas que se assemelha à indumentária profissional utilizada pelos Servidores Militares Estaduais, associados da Associação 5 de Maio. Também por ser considerada espécie em extinção.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 95 – Poderá a Associação 5 de Maio associar-se a entidades da mesma natureza, nacionais ou internacionais e delas receber ajuda, convênios e verbas, desde que não fira este Estatuto e demais Leis pertinentes ao caso.

Art. 96 – Poderá a Associação Recreativa 5 de Maio conveniar-se e/ou filiar-se com entidades congêneres, Federações e/ou Confederações para o fortalecimento dos seus objetivos e melhorias para o quadro social.

Art. 97 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral expressamente convocada para este fim.

Art. 98 – Este Estatuto, após registrado em cartório competente, entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajaí-SC, maio de 2012.

Nicácio Masson
Presidente

Manoel João Storino Neto
OAB/SC 14417

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA 5 DE MAIO

ANEXO I

Águia-dourada

Características:

Nome científico: *Aquila chrysaetos*

Nome em Inglês: Golden Eagle

Outros Nomes: American War Bird (Pássaro de Guerra americano) ou the Bird of Jupiter (Pássaro de Júpiter).

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Falconiformes

FAMÍLIA: Accipitridae

Comprimento: 30-40

Peso: 4 a 6 kg.

Envergadura: 6-7 ft

Ninhada: de 1 a 4 ovos (normalmente 2)

Período de incubação: 35 a 45 dias

Características físicas: As asas são grandes e arredondadas. Machos e fêmeas são semelhantes na aparência, porém, as fêmeas são maiores que o macho. A Plumagem do adulto, se forma entre os 4-6 anos de idade, é largamente marrom, escurecendo mais próximo às asas. O rabo é marrom cinzento. Debaixo das asas aparece um castanho cinza, enquanto a cabeça, corpo e penas menores no das asas são escuras. As penas da cabeça e nuca de seu pescoço são marrom dourado, por isso o seu nome águia-dourada. Os olhos de adultos são marrom escuro. Seu bico e garras são pretas, enquanto os pés são amarelos. As pernas são emplumadas até os dedão do pé.



Alimentação: Sua dieta inclui mamíferos principalmente pequenos como coelhos e lebres como também roedores maiores.

Aproximadamente 20% da dieta são compostos de pássaros e répteis. Foram vistos águias douradas capturar pássaros voadores grandes como gansos. Eles também foram vistos, ocasionalmente, comendo carne putrefata. Suas comidas habituais- são: -coelhos, marmotas, e esquilos. Um casal de águias caçará freqüentemente juntos; um persegue a presa para esgotamento, e o outro desce rápido e pega a presa. Um pássaro pode levar até 8 libras em vôo. A águia dourada ficou conhecida por mergulhar para pegar sua presa a velocidades calculada de 150-200 mph.

Reprodução: Estação de cria começa em meio-janeiro e continua em maio - setembro, entretanto pode variar de acordo com região geográfica. Cada casal pode ter até 10 ninhos, mas só 2-3 são usados em rotação. Alguns casais usam o mesmo ninho cada ano, enquanto outros usam os ninhos alternando os anos. O mesmo ninho pode ser usado por gerações. O ninho normalmente é construído em um precipício alto, entretanto podem ser usadas árvores se precipícios não estão disponíveis. O local de ninho preferido é onde a presa pode ser avistada facilmente. O ninho pode ser enorme se o local permite. Alguns ninhos de precipício mediram 8-10 pés por e 3-4 pés profundamente. É volumoso e é composto de varas, ramos, raízes, ervas daninhas, e mato. A fêmea é responsável pela maioria da incubação, entretanto o macho freqüentemente ajuda. Eles podem botar 1-4 ovos, entretanto dois são muito comuns. Os ovos são branco sujo e manchado ou manchado com marrom ou marrom avermelhado. A incubação dura durante 35-45 dias. Os filhotes que nascem primeiro e são mais fortes, freqüentemente matam ps irmãos menores e mais fracos e, os pais não interferem. Entretanto o filhote é dependente de seus pais durante 30 dias ou mais.

Comportamento:As Águias douradas formam casais, e um casal precisa até 35 milhas de território para caçar. Um pássaro pode levar até 8 libras durante vôo. Pode voar até 80 mph, entretanto a velocidade comum é 28-32 mph, e foi dito que mergulha a velocidades de 200 mph para pegar uma presa que avistou. A maioria das águias douradas no Alasca e Canadá viajam para o sul no outono quando a provisão de comida começa a faltar no norte. Mas nem todas as águias migram; alguns ficam no Alasca, Canadá meridional, e o E.U.A. do norte.

Habitat:A Águia Dourada existe na Eurásia e África do Norte e na América do Norte. O alcance de procriação na América Norte inclui o México norte-central, os Estados Unidos ocidentais como como Dakotas, Kansas e Texas, também o Alasca, e pelo norte do Canadá. Não existe nenhum registro de ninhos em Minnesota. Durante o inverno eles podem ser achados no Alasca meridional e Canadá, os Estados Unidos ocidentais e México. São vistas alguns Águias Douradas em Minnesota todos os outonos durante migração e ocasionalmente no rio Mississippi durante o inverno.

As águias douradas são protegidas pelo governo dos Estados Unidos e, são consideradas ameaçadas de extinção. A caça, a eliminação de presas por alteração do habitat natural e o envenenamento por mercúrio são os fatores principais que limitam as populações dessa ave. As águias -douradas abandonam seus ninhos durante a incubação se foram perturbadas.

Lúcia Helena Salvetti De Cicco

Diretora de Conteúdo e Editora Chefe



Versão para imprimir

CONDIÇÕES DE USO DE IMAGENS E TEXTOS

Copyright©1997/2011 - Comercial De Cicco. Todos os direitos reservados. Qualquer forma de reutilização, distribuição, reprodução ou publicação deste conteúdo é expressamente proibida, estando sujeito o infrator às sanções legais cabíveis, de acordo com a lei 9610/98. Política de Privacidade e Segurança